

CONSULTA PÚBLICA DE
PREÇOS Nº 260/2022

CONSULTA PÚBLICA DE PREÇOS: Contratação de empresa para fornecimento de papel couchê nos tamanhos A3 e A5, para confecção de cartazes e panfletos à serem utilizados nas diversas campanhas de educação no trânsito promovidas pela Secretaria e Desenvolvimento Urbano, através do Demutran. Modalidade de COMPRA DIRETA por menor preço, com a forma de contratação em pedido de fornecimento.

Período para apresentação da proposta: de 05/11/2022 a 09/12/2022

1. A proposta poderá ser entregue pessoalmente no endereço: Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 – Bairro Água Fria – Cajamar/SP (Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica – Departamento de Compras e Contratos) entre 08:00 e 17:00 horas ou enviar com papel timbrado da empresa para o e-mail Kelly.aquino@cajamar.sp.gov.br, conforme modelo abaixo:

MODELO - FORMULÁRIO - COTAÇÃO DE PREÇOS

Nome da Empresa:	
E-mail institucional:	
E-mail pessoal:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:
CNPJ Nº:	Inscrição Estadual:
Fone:	Fax:

2. DISPOSIÇÕES GERAIS:

2.1. O proponente responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta coleta de preços.

2.2. O presente procedimento não gera qualquer obrigação contratual entre a proponente e a Prefeitura do Município de Cajamar, e tem como finalidade apenas a verificação de preços no mercado em questão.



38

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 –OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de papel couchê nos tamanhos A3 e A5, para confecção de cartazes e panfletos à serem utilizados nas diversas campanhas de educação no trânsito promovidas pela Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano, através do DEMUTRAN.

MODALIDADE: Compra direta

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Pedido de fornecimento

2 –JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano, através do DEMUTRAN, mais especificamente a Divisão de Educação no Trânsito, em seu calendário anual de campanhas de conscientização e educação no trânsito elabora e confecciona cartazes e panfletos à serem fixados em pontos estratégicos e distribuídos aos usuários da malha viária municipal e transeuntes.

Várias dessas campanhas são de cunho nacional e obrigatórias pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e a maneira mais eficaz e eficiente de divulgação é através da mídia gráfica.

3 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Quantidade	Descrição
01	10.000	Papel Couchê brilho 90gr A5
02	2.000	Papel Couchê brilho 115gr A3

4 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.

4.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690 de 19/07/2012 e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.3 Sendo o licitante Microempreendedor Individual, apresentar o CCMEI (Certificado do Cadastro do Microempreendedor Individual) expedido através do site portal do empreendedor: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

4.1.4 Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo acompanhada dos nomes e endereço dos diretores em exercício, no caso de sociedades simples.

4.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2 REGULARIDADE FISCAL

4.2.1 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2.2 Certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358/14, de 05 de setembro de 2014.

4.2.3 Certidão de regularidade de débito com a(s) Fazenda(s) Estadual e/ou Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

4.2.4 A prova de regularidade perante a Fazenda Estadual se dará por meio da Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa, cujo prazo da expedição, para efeito de validade, deverá ser de até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a entrega dos envelopes, se outro prazo de validade não lhe constar expressamente.

4.2.5 A prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da certidão negativa de débitos referentes a tributos mobiliários municipais.

4.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação em original ou cópia autenticada do "CRF"- Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade.

4.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas "CNDT", obtida em "<http://www.tst.jus.br/certidao>", em atendimento a Lei 12.440/11, conforme o inc. V do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93.

5 - FORMA DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / FORMA DE PAGAMENTO

5.1 A entrega deverá ser efetuada em sua totalidade, mediante ordem de fornecimento.

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após emissão da Nota Fiscal.

5.3 No ato da entrega os produtos serão homologados pela Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano.

6- LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues na sede DEMUTRAN, situado à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 – Água Fria – Cajamar/SP.

7- PRAZO DE ENTREGA

A entrega deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias após o recebimento, pelo fornecedor, do pedido de fornecimento.

8 - VALIDADE DO PRODUTO OU GARANTIA DOS SERVIÇOS

O produto entregue em não conformidade com as especificações (veja item 3) deverá ser repostado em até 02 (dois) dias úteis, da constatação da irregularidade.

9 - AMOSTRA DOS PRODUTOS

Não será necessária a apresentação de amostras. Entende-se ainda que a vedação de amostra não trará prejuízos à competitividade no certame.

10- OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

10.1. O fornecimento dos produtos, pela **CONTRATADA**, obedecerá ao estabelecido neste Termo de Referência, no instrumento de Contrato, na Lei 8.666/93 e demais normas legais e regulamentares pertinentes. Destacam-se além de outras obrigações constantes no Edital e do Contrato, as seguintes obrigações:

10.1.1. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto contratado;

10.1.2. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência, salvo quando expressamente autorizada pela **CONTRATANTE**.

10.2 OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:

10.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da **CONTRATANTE**.

10.2.2. Fiscalizar o fornecimento do objeto deste Termo de Referência

10.2.3. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a **CONTRATADA**.

10.2.4. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

10.2.5. Aplicar penalidades à **CONTRATADA**, quando for o caso.

10.2.6. Rejeitar os produtos que a **CONTRATADA** entregar fora das especificações do Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta.

10.2.7. Verificar a regularidade da situação fiscal da **CONTRATADA**.

10.2.8. O **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir todas as exigências contidas no presente Termo de Referência e no Pedido de Fornecimento a ser formado.

11 – PENALIDADES

11.1 Multas para Contratação de serviços:

11.1.1 A recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato sujeita-a à penalidade de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor contratual, até o 10º (décimo) dia, caracterizando-se a **inexecução total** da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

11.1.2 Pela **inexecução total** da obrigação objeto da licitação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do mesmo.

11.1.3 Pela **inexecução parcial** do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do saldo contratual à época da infração.

11.1.4 O atraso na execução do serviço sujeitará a empresa contratada à multa de mora de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, após o que, será considerada inexecução parcial ou total do ajuste.

11.1.5 Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual multa 2,50% (dois e meio por cento) sobre o valor mensal do contrato.

11.1.6 A execução do objeto em desacordo com as especificações constantes do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no presente edital, sujeitará a contratada à

multa de 5 % (cinco por cento) do valor mensal do contrato, sem prejuízo da correção do serviço e demais sanções aplicáveis.

11.1.7 Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

11.1.8 As multas são independentes e não eximem a empresa vencedora da plena execução do objeto contratado.

12 - VISITA TÉCNICA / SUPORTE

Não se aplica

13 – CONSÓRCIO

Justifica-se a não aceitação pela participação de empresas sob a forma de consórcio, devido o objeto da licitação não ser considerado de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do Edital. Entende-se ainda que a vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade no certame.

14 - SECRETARIAS PARTICIPANTES E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O valor oriundo de tal contratação deverá ser onerado da ficha orçamentária referente a material de consumo nº 752, pertencentes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano e vinculada ao Fundo Municipal de Trânsito..

Cajamar/SP, 12 de Novembro de 2022.



Leandro Morette Arantes
Secretário Municipal de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano